

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

NOÊMIA AMÉLIA SILVEIRA FIALHO

**ELITISMO DEMOCRÁTICO: A DEMOFOBIA**  
**SCHUMPETEREANA ENQUANTO PARADIGMA TEÓRICO**  
**MODERNO**

VITÓRIA  
2017

NOÊMIA AMÉLIA SILVEIRA FIALHO

**ELITISMO DEMOCRÁTICO: A DEMOFOBIA  
SCHUMPETEREANA ENQUANTO PARADIGMA TEÓRICO  
MODERNO**

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Faculdade de Direito de Vitória – FDV como  
requisito parcial para obtenção do título de bacharel  
em Direito.

Professor orientador: Me. Wilton Bisi Leonel.

VITÓRIA

2017

NOÊMIA AMÉLIA SILVEIRA FIALHO

**ELITISMO DEMOCRÁTICO: A DEMOFOBIA  
SCHUMPETEREANA ENQUANTO PARADIGMA TEÓRICO  
MODERNO**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV  
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Wilton Bisi Leonel.  
Faculdade de Direito de Vitória  
Orientador

---

Professor(a):  
Faculdade de Direito de Vitória  
Examinador(a)

À estrela mais brilhante do céu, Mili.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço meus pais, Maria Lúcia e José Antônio, que com árduo trabalho me proporcionaram conhecimento, sob pena de abrirem mão de uma série de desejos pessoais colocando sempre o meu melhor em primeiro lugar. Agradeço também minha irmã, Verônica Luiza, quem jamais deixou de ser fonte de inspiração de vida e se tornou a minha maior referência acadêmica.

Não poderia esquecer dos meus amigos e companheiros de vida, que amenizaram de diversas formas a exaustão de conciliar projetos pessoais, estágio e este trabalho. Agradeço a Lucas Lessa, leitor assíduo de cada linha deste trabalho, do início ao fim. Além deste, não poderia deixar passar meu amigo/irmão, Matheus Ferreira Destefani, quem em todos os momentos de tristeza e alegria esteve junto a compartilhar comigo, como se desde o ventre a nossa parceria e ligação estivesse destinada.

Jamais poderia deixar de expressar minha gratidão por aqueles que há quatro anos me inspiram e são referências. Jamais me esquecerei dos ensinamentos dos queridos Thiago Fabres de Carvalho, Vitor Burgo, Raphael Boldt e Adriana Gonzaga. Sem vocês meu percurso teria sido mais turvo.

Extrema gratidão ao meu orientador, Wilton Bisi, quem desde o primeiro período me apoia e é referência de humildade, humanidade e compromisso com a academia. Se um dia for um terço disso terei crescido mais do que sempre imaginei. Obrigada pela paciência.

Também deve ser lembrada Barbara, quem todos os dias me lembra do quão boa e generosa a vida pode ser. Você é para mim como a primeira flor que brota na primavera depois de um longo inverno.

Por fim, mas não menos importante, agradeço minhas amigas, todas: Hanna, Pretinha e Nina, principais caminhos para felicidade instantânea. Nada como receber um lambeijo e um câorinho. Mili, coautora indireta deste trabalho, desde quando nem consigo me recordar faz parte de tudo aquilo em que eu toco, pois constitui quem eu sou.

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar uma das teorias da democracia, a qual se vincula ao pensamento liberal dominante no século XXI tendo como principal referência o austríaco Joseph Schumpeter e sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. A apreciação da teoria schumpeterana ocorre à luz de críticos da teoria democrática moderna, como Luis Felipe Miguel e sua tese da teoria do elitismo democrático, atrelado ao entendimento de “democracia demofóbica” de Thais Aguiar, quem interpreta que as teorias da democracia clássica são fundadas no medo do povo, de maneira que a consolidação dos pilares democráticos se fundam em uma ideia de alijar o povo do processo democrático, ou seja, a capacidade decisória do povo é reduzida à democracia representativa, qual seja, o voto. Assim sendo, usa-se ainda elementos de escritos de C. Wright Mills para identificar a construção da democracia estadunidense a partir do estudo de conceitos como elite e sua formação na política dos Estados Unidos da América, bem como texto de Noam Chomsky para reforçar a interpretação da tradição política dos EUA. Identificando, deste modo, a conexão entre a teoria demofóbica e elitista que traz o discurso de democracia moderna e a sua aplicação prática, ficando claro o seu sucesso no que tange manter uma camada social dominante dos poderes político e econômico e usando a própria ilusão de democracia enquanto governo do povo para evitar a participação deste das decisões políticas.

**Palavras-chaves:** Teoria Democrática Moderna; Democracia; Demofobia; Representatividade e Elitismo.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
<b>1 A ELITE DO PODER À LUZ DE C. WRIGHT MILLS E NOAM CHOMSKY .....</b>	<b>10</b>
1.1 A ELITE DO PODER A PARTIR DE “A ELITE DO PODER” DE C. WRIGHT MILLS .....	10
1.2 A ELITE DO PODER A PARTIR DE “ <i>REQUIEM FOR THE AMERICAN DREAMS</i> ” DE NOAM CHOMSKY.....	17
<b>2 A DEMOCRACIA DEMOFÓBICA .....</b>	<b>24</b>
<b>3 A DEMOCRACIA A PARTIR DA TEORIA DA LIDERANÇA COMPETITIVA .....</b>	<b>32</b>
CONCLUSÃO .....	43
REFERÊNCIAS .....	46



## INTRODUÇÃO

A democracia é tema de estudo desde a Antiguidade Clássica, porém o foco neste momento é a produção teórica de uma parte da teoria da democracia moderna, mais especificamente a que será denominada como elitismo democrático por Luis Felipe Miguel<sup>1</sup>. Nesse toar, é mister fazer análise de como a elite se organiza para se manter no controle do poder, sendo para C. Wright Mills uma divisão em três grandes grupos: economia, política e militar, esses são os responsáveis por estruturar a camada da população que terá acesso ao poder, posto que para o referido autor, elite e poder são faces da mesma moeda.

No mesmo sentido de encontrar um apontamento da formação política a partir das elites é que está Noam Chomsky, principalmente em sua obra “*Requiem for the American Dreams*”, na qual o autor estadunidense faz anotações do modo como a estrutura política, dito democrática, de seu país, passando por elementos históricos das instituições públicas dos Estados Unidos da América propiciando reflexões polêmicas acerca da monopolização do poder decisório político na mão de uma minoria que compõe uma elite econômica.

Esse debate sobre a concentração do poder nas mãos de poucos faz com que se chegue ao ponto acerca da democracia demofóbica, termo cunhado por Thais de Aguiar, que pretende afirmar que o modo de estruturação da teoria política democrática moderna está ancorada no medo do povo, de maneira que a própria democracia moderna está atrelada em uma redução da participação da massa da política, fazendo com que o ponto alto dos regimes democratas na modernidade seja o voto.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que um dos maiores representantes do elitismo democrático é Joseph Schumpeter, que fundamenta sua proposição teórica democrática na teoria da liderança competitiva, que – em linhas gerais – propõe que o povo não possui capacidade de participação democrática, por não ter uma vontade

---

<sup>1</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.30.

compatível com as qualidades e necessidades que a política requer<sup>2</sup>. Concluindo, portanto, que o papel da massa na política é de aceitar um plano político proposto pelo líder, por intermédio do voto.

Assim, chega-se ao objeto estudado neste trabalho: de qual forma se dá a relação entre a teoria política moderna – representada por Joseph Schumpeter – e a democracia, a partir da ótica da nova esquerda.

## 1 DA ELITE DO PODER: UMA ANÁLISE A PARTIR DE C. WRIGHT MILLS E NOAM CHOMSKY

### 1.1 A ELITE DO PODER A PARTIR DE “A ELITE DO PODER” DE C. WRIGHT MILLS

Premeditado como primeiro objetivo deste trabalho é entender a compreensão em termos gerais do que são elites a partir das óticas de de C. Wright Mills em seu texto “A elite do poder” e Noam Chomsky em sua obra “*Requiem for the american dream*”. De modo que, a partir da identificação de quem forma esta elite do poder, seja possível apontar como esta elite se comporta na política e quais impactos que a formação desta camada hierárquica tem do ponto de vista socioeconômico e político-democrático.

Assim, como primeiro analisado, C. Wright Mills descreve de maneira direta o que é a elite ao afirmar que é um grupo que detém o máximo de dinheiro, poder e prestígio<sup>3</sup>, levando em conta, é claro, a influência da posição dessas elites nas grandes instituições que constituem a sociedade capitalista, de modo que essas grandes instituições são os principais meios de exercício do poder.

---

<sup>2</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 324.

<sup>3</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 19.

Logo, nas palavras de Mills<sup>4</sup>

A elite que ocupa os postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores do poder, da riqueza e da celebridade. Estes podem ser considerados como membros da camada superior de uma sociedade capitalista. Podem também ser definidos em termos de critérios psicológicos e morais, como certos tipos de indivíduos selecionados. Assim definida, a elite, muito simplesmente, é constituída de pessoas de caráter e energia superiores.

Nesse toar, a elite do poder é quem tem poder de decisão isso porque ocupa cargos/funções em grandes instituições. C. Wright Mills ainda destaca acerca da constituição dessas elites, no sentido de que os grupos que fazem parte da elite do poder possuem características similares que tornam esse grupo coeso dentro de um padrão de classe superior.

Acerca da capacidade de decisão das elites Mills<sup>5</sup> pontua

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam.

Logo, fica certo que o entendimento de C. Wright Mills é de que as pessoas que fazem parte da elite do poder possuem características que as pessoas comuns não possuem, sendo que uma dessas características é a capacidade decisória, a qual impactará toda a sociedade.

Para além disso, as instituições tanto citadas por Mills fazem parte de três grandes círculos: política, economia e militares. O autor ainda faz uma analogia como se esses três círculos primários das ordens institucionais, fossem um complexo de igrejinhas interligadas que partilham as decisões de consequências pelo menos nacionais<sup>6</sup>. Com esta afirmação é possível concluir que dentro da estrutura social essas ordens

---

<sup>4</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 25.

<sup>5</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 14.

<sup>6</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 31.

institucionais estão vinculadas apesar de serem coisas diferentes no ponto de comando social.

Retomando o ponto de convergência dessas instituições é mister abordar a conexão já mencionada entre os atores das elites que as constituem. C. Wright Mills aponta três pontos principais. Sendo que o primeiro deles pode ser avaliado da perspectiva psicológica, isto é, a elite é formada por homens de origens e educação semelhantes, na medida em que suas carreiras e estilos de vida são semelhantes. Assim sendo, há base psicológica e social para fundamentar sua unidade, à luz de tipos sociais semelhantes que se fundem com facilidade um nos outros<sup>7</sup>.

O segundo ponto, pode-se dizer que é do ponto de vista da estrutura e da mecânica das hierarquias institucionais. Nestes termos, quanto maior a escala desses domínios, burocráticos, maior o alcance das elites do poder<sup>8</sup>. Assim, cabe mencionar ainda mais especificamente, a questão da posição privilegiada em que a elite do poder se encontra em relação à ordem institucional econômica, reforçando a ideia de que a ocupação e pontos estratégicos fazem com que aumente o poder de influência e crescimento de riqueza.

Nesse toar, cabe trazer à lume um dos escritos do pesquisador em Sociologia Política, Eder Rodrigo Gimenes<sup>9</sup> em que ele pondera sobre

No que tange à alta hierarquia da ordem institucional econômica, as trajetórias dos muito ricos apontariam a acumulação de vantagens por conta das posições estratégicas ocupadas que permitiriam maior influência e crescimento de riqueza [...]

Portanto, resta esclarecido que a maneira como a estrutura e a mecânica das hierarquias institucionais estão arrançadas pretende beneficiar a classe economicamente mais abastada, de modo de dar perpétua manutenção a sua dominação.

---

<sup>7</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 31.

<sup>8</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 32.

<sup>9</sup> GIMENES, Eder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. São Carlos. Vol. 2 – n. 2, p. 119-151, 2014.

Por fim, o terceiro e último ponto diz respeito que a elite não surge unicamente de uma semelhança psicológica e social, nem somente da estrutura hierárquica. O surgimento da elite e sua coordenação podem se dar de maneira mais explícita, como a partir da criação de um plano de formação desta<sup>10</sup>.

Nestes termos, é possível concluir que a leitura de C. Wright Mills sobre a elite do poder proporciona conclusões do seguinte tipo: grupos que fazem parte das ordens econômica, política e militar, os quais detêm capacidade decisória sobre o futuro dos outros e sempre tem acesso a prestígio, dinheiro e poder. Sendo que, quanto mais tiver esses três elementos, maior será seu posto hierárquico dentro da sociedade estadunidense.

Tendo em vista que Mills tem como foco de pesquisa os fenômenos da elite do poder da sociedade estadunidense, é que ele estabelece que com relação às modificações no sistema de poder dos Estados Unidos não representaram desafios à legitimidade básica do modelo estabelecido<sup>11</sup>. O autor ainda estabelece cinco fases da gestão governamental estadunidense, de modo a demonstrar que as modificações na estrutura do poder americano foram geralmente provocadas pelas institucionais nas posições relativas dos setores político, econômico e militar<sup>12</sup>, ou seja, demonstra que a capacidade decisória está concentrada na elite do poder firmada pelas suas três facetas já debatidas.

Com relação à primeira fase, em uma breve síntese, estabelece que as instituições social e econômica, política e militar, estavam mais ou menos unificadas de modo simples e direto<sup>13</sup>. Os componentes da elite tinham habilidade de atuar em diversas áreas, a depender da necessidade, vejamos o que escreve C. Wright Mills<sup>14</sup> sobre

---

<sup>10</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 32.

<sup>11</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 323.

<sup>12</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 323.

<sup>13</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 323.

<sup>14</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 323-324.

[...] individualmente, os homens dessas elites diversas passavam facilmente de uma função a outra, no alto de casa uma dessas principais ordens institucionais. Muitos deles eram homens de múltiplas facetas, que podiam assumir o papel do legislador e do comerciante, do pioneiro e do soldado, do erudito e do educador.

A conclusão de Mills passa a ser então que este primeiro período analisado foi marcado pela liderança de homens cuja situação social não se baseava exclusivamente em sua posição política, porque eram versáteis. Assim, as três ordens nas quais Mills dividia a elite do poder – política, econômica e militar – eram coincidentes<sup>15</sup> haja vista o caráter multifacetado da elite do poder.

A segunda fase histórica à qual Mills pondera acerca da elite do poder se dá durante o princípio do século XIX quanto a ampliação da ordem econômica se centralizou no dono da propriedade particular<sup>16</sup>. Nesse momento a economia é então o cerne da elite do poder e C. Wright Mills<sup>17</sup> pondera que “A ordem econômica tinha ascendência sobre o prestígio social e o poder político; dentro dela, uma proporção ponderável de seus membros fazia parte dos que decidiam.”

Diante disto, chega-se à terceira fase, a qual é marcada pela real supremacia do poder econômico associado. Neste ponto, ficou claro que a economia se tornava/tornou cada vez mais o ponto essencial de consolidação das elites do poder, como se pode extrair dos escritos de Wright Mills<sup>18</sup>

A supremacia do poder econômico associado começou, formalmente, com as eleições do Congresso em 1866, e se consolidou pela decisão da Corte Suprema, em 1866, declarando que a Emenda Décima Quarta protegia as sociedades anônimas. O período testemunhou a transferência do centro da iniciativa do governo para a empresa privada.

Com base nisso, torna-se possível afirmar que, a partir deste momento, o poder econômico passou a tomar corpo como uma forma de controle político efetivo ao ter

<sup>15</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 324.

<sup>16</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 325.

<sup>17</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 325.

<sup>18</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 326.

influência sobre a legislação. Além disso, Mills<sup>19</sup> ainda coloca que “Como o poder econômico privado obscurecia o poder político público, também a elite econômica obscurecia a elite política”. A inteligência retirada a partir dessas reflexões é que a terceira fase começou a ter uma clara simbiose entre o poder econômico e o poder político no sentido de o poder econômico ser capaz de legislar em seu favor com base em sua influência.

Aterrissa-se na quarta fase, em uma certa complementação em relação à terceira fase que, à primeira vista, poderia até ser entendida como uma contraposição. Ocorre que a partir da década de 1920 instituiu-se o *New Deal*, o qual, nas palavras de Mills<sup>20</sup>

O *New Deal* não modificou as relações políticas e econômicas da terceira fase, mas criou dentro da arena política, bem como no próprio mundo das empresas, centros de poder rivais, que desafiavam os diretores de empresas. À medida que os orientadores do *New Deal* ganhavam poder político, a elite econômica, que no terceiro período havia lutado contra o crescimento do governo, enquanto reivindicava privilégios astuciosos, tentou, tardiamente, juntar-se a ele nos altos níveis. [...] Com o tempo, conseguiram controlar e utilizar para seus objetivos as instituições do *New Deal*, cuja criação haviam combatido ferrenhamente.

Portanto, o que se vê é que a formação da estrutura hierárquica social, que compõe a elite do poder, passa por uma alteração nesta quarta fase, posto que a economia não perde seu espaço de destaque, pelo contrário, se consolida neste sentido. Todavia, o controle do poder econômico passa a vigorar nas mãos dos políticos e não dos homens da economia. Nas palavras de Mills<sup>21</sup>

É por isso que a década de 1930 foi política: o poder da economia não foi substituído, mas foi contestado e complementado – tornou-se um grande poder dentro de uma estrutura controlada principalmente pelos políticos e não pelos homens da economia ou pelos militares transformados em políticos.

Consolida-se, assim, a ideia de que na quarta fase a economia e política estão fundidas e que o poder político passa a tomar conta do poder econômico, contestando a terceira fase, a anterior, em que o poder econômico tinha controle sobre o poder político.

---

<sup>19</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 327.

<sup>20</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 327.

<sup>21</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 328.

A quinta e última fase analisada por Wright Mills, o autor pondera os efeitos da Segunda Guerra Mundial, atestando que “as tendências a longo prazo da estrutura do poder foram grandemente aceleradas”<sup>22</sup> a partir dela. Nesse tocante, o que foi observado pelo autor, ora analisado, foi que as estruturas da economia e da política aumentaram sua relação de simbiose. Vejamos<sup>23</sup>

Na medida em que a chave estrutural da elite do poder está hoje na ordem política, essa chave é o declínio da política como um debate autêntico e público das decisões possíveis – com partidos nacionalmente e responsáveis e com políticas coerentes e organizações autônomas ligando os níveis inferior e médio do poder com os altos níveis de decisão. A América é hoje, em parte considerável, mais uma democracia política formal do que uma estrutura democrática social, e mesmo sua mecânica da política formal é fraca.

O que se extrai do que é posto por C. Wright Mills é: na quinta fase o poder econômico e o poder político se uniram e toda teoria democrática envolvendo a construção do modelo governamental dos Estados Unidos da América passou a ser pautado tão somente em uma trama formal. Isso porque o debate político envolvendo a vontade do povo é deixado de lado e o poder econômico passa a ser a força motriz da política. O referido autor complementa sobre isto

A antiga tendência de se confundirem e se envolverem mutuamente o capital e o governo tornou-se, na quinta fase, ainda mais explícita. Não é possível distinguir hoje entre eles como dois mundos distintos. Foi nas repartições executivas do Estado que a aproximação se fez mais decisiva. O crescimento dos setores executivos do governo. Com suas repartições que fiscalizam uma economia complexa, não significou simplesmente “a ampliação do governo” como uma espécie de burocracia autônoma: significou também a ascendência do homem de empresa como uma eminência política.

Destarte, fica descrito que uma das maneiras de conexão entre política e economia, qual seja, os cargos executivos, os quais ligam economia e política fazendo com que a finalidade democrática, ou seja, a participação do povo no governo, seja afastada— como será visto à posteriori. Isso porque o poder de influência econômica se coloca como matriz de governança desde os primórdios, como já visto pelas cinco fases analisadas por C. Wright Mills, e que se intensificou na quinta fase.

<sup>22</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 329.

<sup>23</sup> MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 329.



Deste modo, o poder e a capacidade de mudança nos cenários político e econômico não pertencem de modo algum ao povo, porque estão detidos nas mãos de um restrito e seletivo grupo que é tratado como superior e segue dando manutenção à tradição de exclusão do povo, ou seja, daqueles que não fazem parte da classe superior, da própria democracia.

## 1.2 A ELITE DO PODER A PARTIR DE “*REQUIEM FOR THE AMERICAN DREAMS*” DE NOAM CHOMSKY

Já no que se refere à abordagem de Noam Chomsky acerca das elites é importante ter em mente que este autor compreende que essas têm concentradas em si riqueza e poder, de maneira que muito se assemelham às pontuações teóricas que C. Wright Mills faz sobre o mesmo objeto.

Primeiramente, Chomsky entende que desde a fundação dos Estados Unidos da América a democracia e liberdade alcançadas foram um esforço das classes de baixo pressionando as altas camadas sociais. Nas palavras de Chomsky<sup>24</sup> “Ao longo da história americana, houve um choque contínuo entre a pressão para mais liberdade e a democracia vindo de baixo, e o esforço de controle e dominação da elite vindo de cima. (tradução nossa)

Nesse tocante, o que Chomsky quer dizer é: desde a fundação da nação estadunidense o que foi alcançado de liberdade para todos e democracia, no sentido de poder do povo, surge a partir de tensões entre as classes sociais. De modo que, de toda forma as classes altas, que são no caso as elites, persistem tendo poder e dominação dentro dos EUA.

Este ponto é de extrema conexão entre Noam Chomsky e C. Wright Mills posto que, pelo exposto, é possível observar que a conclusão a que ambos chegam é a mesma:

---

<sup>24</sup> CHOMSKY, Noam. *Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power*; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 1. “Right through American history, there’s been an ongoing clash between pressure for more freedom and democracy coming from below, and efforts at elite control and domination coming from above.”

a elite tem o poder e dominação da política e economia estadunidense, de forma que todo o aparato supostamente democrático é gerido pelas elites e para as elites, já que as manobras de governo sempre visam ao seu bem-estar.

Tal conclusão não surge a partir de uma análise de somente uma parte da história dos Estados Unidos da América, parte também de toda uma avaliação histórica para dar o diagnóstico de que, historicamente, a construção política hierárquica do povo estadunidense é baseada em uma desigualdade entre a população de maneira que alguns passam a ter mais capacidade de participação política do que outros. Além do fato de que essas pessoas que estão classificadas historicamente como superiores, ou melhor, membros da elite passam a ter maiores benefícios em razão dessa posição político-econômica, que reflete de maneira avassaladora o exercício de direitos.

Logo, o conjunto de pessoas que têm capacidade decisória nos Estados Unidos é formado única e exclusivamente por pessoas ricas. Esta afirmação encontra eco no momento em que se faz uma análise da estrutura constitucional histórica e se observa que o maior poder está alocado no Senado estadunidense. A eleição para senadores se dava a partir da verificação de riquezas do candidato. Vejamos o que Chomsky<sup>25</sup> pondera sobre

Portanto, a estrutura do sistema constitucional formal colocou o maior poder nas mãos do Senado. Lembre-se, o Senado não foi eleito como nos dias atuais. Na verdade, não até cerca de um século atrás. Foi escolhido por legislaturas e teve termos longos e foi selecionado pelos ricos. Homens mais responsáveis. Os homens que, como disse Madison, tinham simpatia pelos proprietários e seus direitos. E isso deve ser bem protegido. (tradução nossa)

Então, é possível observar que o sistema democrático construído dentro dos Estados Unidos da América desde o início era formatado para melhor acomodar os interesses das elites abastadas. Sempre alijando, por consequência, do processo democrático as classes menos privilegiadas. Ademais, que inclusive o formalismo democrático não é tão democrático como parece, tal qual foi salientado por C. Wright Mills e já descrito

---

<sup>25</sup> CHOMSKY, Noam. Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 1-2. "Therefore, the structure of the formal constitutional system placed most power in the hands of the Senate. Remember, the Senate was not elected in those days. In fact, not until about a century ago. It was picked by legislatures and had long terms and was selected from the wealthy. More responsible men. Men who, as Madison put it, had sympathy for property owners and their rights. and that has to be protected."

neste trabalho: o espírito democrático estadunidense se funda em uma questão formal, a qual sequer é democrática como se diz ser. Isto pode ser demonstrado no momento em que, como Chomsky fez, observa-se que a escolha para senador passava por uma filtragem econômica, o que se afasta de maneira completa do ideal democrático de igualdade entre os cidadãos. Privilegia-se, portanto, a parte da população que possui alta capacidade econômica.

Nestes termos, Chomsky<sup>26</sup> estabelece como a Constituição estadunidense destina todo o poder da democracia para as elites ricas, fazendo com que seja mais clara ainda a sua percepção de quem as forma, isso a partir de uma interpretação crítica de um dos pensadores da Constituição estadunidense, conseqüentemente, de um dos idealizadores da democracia dos Estados Unidos, bem como de seu funcionamento, James Madison

James Madison, o principal engenheiro da Constituição, que acreditava tanto nas democracias como quase todos no mundo naquela época, considerou que o sistema dos Estados Unidos deveria ser projetado e, de fato, com sua iniciativa desenhada, de modo que o poder repousasse nas mãos dos ricos. Porque os ricos são o conjunto de homens mais responsáveis, aqueles que têm o interesse público no coração e não apenas os interesses paroquiais ".  
(tradução nossa)

Assim sendo, chega-se ao pleno entendimento de que a democracia estadunidense é controlada por uma minoria desde os primórdios fundadores, de jeito que a democracia lá estabelecida é uma democracia que não é governada pelo povo de fato, tão somente uma forma de dar manutenção aos privilégios da elite a partir de mecanismos que pretendem parecer democráticos, tal qual afirmado por C. Wright Mills.

No escrito de Chomsky, este ainda deixa claro que, para James Madison, a democracia pode ser um risco a partir do momento em que é possível que a classe pobre, caso tenha acesso ao poder de decidir, tome as propriedades dos ricos. Sendo

---

<sup>26</sup> CHOMSKY, Noam. Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 1. "James Madison, the main framer of the Constitution, who was as much of a believer in democracies as almost anybody in the world in that day, nevertheless felt that the United States system should be designed, and indeed with his initiative was designer, so that power rests in the hands of the wealthy. Because the wealthy are the more responsible set of men, those who have the public interest at heart, not just parochial interests."

assim, a conclusão é que se deve reduzir a democracia e organizar o sistema para que o poder sempre permaneça nas mãos dos ricos, e fragmentar a população ao máximo para que eles jamais tenham capacidade de organizar enquanto classe e enfrentar os ricos<sup>27</sup>.

Dito isto, é possível chegar ao entendimento de que a democracia instaurada nos Estados Unidos não é democrática, o que pode parecer uma contradição óbvia, posto que, se o governo não pertence ao povo, logo, não há governo democrático. Pelo contrário, apesar da roupagem democrática, o que se pretende é o distanciamento da classe popular da política, para que o governo possa ser, sem medo, controlado e mantido pela elite do poder.

A concentração do poder, neste sentido, é fator causal da desigualdade econômica, visto que as relações financeiras, ou seja, a economia, está intimamente ligada ao poder, haja vista que o poder pertence às elites, tal qual já demonstrado nas percepções de C. Wright Mills no momento em que ele faz um passeio pelas cinco fases demonstrando que ao final o poder econômico passa a ser uma parte do poder político e que agora os homens políticos tomam conta do poder econômico, de forma que os cargos executivos – tal qual já salientado em outro momento – formam a ponte entre política e economia.

Inclusive, nesse mesmo sentido, Chomsky<sup>28</sup> deixa isto claro em trecho da sua obra *“Requiem for the American Dream”* nas seguintes palavras

A desigualdade é realmente sem precedentes. Se você olha a desigualdade total hoje, é como os piores períodos da história americana. Mas se você o refinar mais de perto, a desigualdade vem da extrema riqueza em um pequeno setor da população, uma fração de 1 por cento. (tradução nossa)

Necessário é, então, a partir do excerto supra, retomarmos os comentários de Gimenes acerca da obra de Wright Mills, no ponto econômico acerca das elites do

---

<sup>27</sup> CHOMSKY, Noam. *Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power*; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 5.

<sup>28</sup> CHOMSKY, Noam. *Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power*; New York: Seven Stories Press, 2017. p. x-xi. Inequality is really unprecedented. if you look at total inequality today, it's like the worst periods of American history. But if you refine it more closely, the inequality comes from the extreme wealthy in a tiny sector of the population, a fraction of 1 percent.

poder em que é possível encontrar de maneira mais profunda coros entre os pensamentos do referido autor e de Chomsky, posto que fica demonstrado a maneira como a economia é oligarquizada nos Estados Unidos da América, ou seja, como a economia é concentrada nas mãos de poucos, vejamos o que Gimenes<sup>29</sup> escreve

[...] as trajetórias dos muito ricos apontariam a acumulação de vantagens por conta das posições estratégicas ocupadas que permitiriam maior influência e crescimento de riqueza, como a associação dos altos executivos para controlar grandes empresas que tornou a economia americana cada vez mais oligarquizada, sendo que o mercado de ações permitiu a associação entre grandes organizações e, por meio da justaposição dos membros e de suas diretorias, reforçou a unidade entre os muito ricos e os altos executivos, unidade que gerou o que autor chamou de ricos associados, de modo a transformar cada vez mais os interesses particulares em amplos e de classe.

Encontram-se assim as afirmativas que para ambos autores – Noam Chomsky e C. Wright Mills, a elite do poder, ou seja, a classe que tem capacidade de influenciar na política, tem uma forte base econômica, causando uma vinculação necessária em política e economia, tornando como consequência inequívoca dessa relação o afastamento da massa/povo da política, posto que esta camada social não possui um dos elementos fundamentais para a participação política, qual seja: dinheiro.

Os valores democráticos das teorias modernas estão, à luz dessa perspectiva, enraizados em valores econômicos, de maneira que a democracia nada mais é do que a hegemonia de uma classe dominante em relação a uma classe dominada tendo como um dos principais critérios distintivos entre essas duas classes a questão econômica, tal qual já foi incessantemente apontado até aqui.

Ademais, é importante trazer à baila, para a melhor compreensão do mecanismo da democracia moderna uma breve explanação acerca da década de 1970, a qual é comentada por Chomsky. Ocorre que na década de 1960 o movimento da Nova Esquerda<sup>30</sup> fomentou o debate acerca de questões sociais profundas nos Estados

<sup>29</sup> GIMENES, Eder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. São Carlos. Vol. 2 – n. 2, p. 119-151, 2014.

<sup>30</sup> Neste ponto, cabe uma breve explicação um pouco mais detalhada sobre o movimento da Nova Esquerda, a qual surge como uma expectativa de rompimento com algumas ideias da esquerda ortodoxa/marxista e apresenta algumas características específicas trabalhadas por Eric Hobsbawm. “A radicalização dos intelectuais (na maioria jovens) apresentou diversas características que se refletiram no pensamento marxista produzido nesse meio e para ele. Em primeiro lugar, ela não se deu, no início, em função de insatisfação e crise econômica. Com efeito, ocorreu em sua forma mais espetacular no

Unidos da América. Assim, os comentários de Rodrigo Farias de Sousa, pesquisador do movimento da Nova Esquerda nos Estados Unidos, coloca o seguinte<sup>31</sup>, vejamos

Oposição à dominação radical, política e patriarcal, bem como à exploração econômica: os movimentos da Nova Esquerda, tal como Mills propusera, iam além do combate à desigualdade e à exploração no âmbito econômico, de classe; eles se caracterizavam por um antiautoritarismo que se manifestava também na cultura e na crítica à burocratização dos mais diversos setores sociais. Isso incluía, por exemplo, desde a defesa dos direitos das minorias étnicas, como os negros nos Estados Unidos, até a crítica ao sexismo da sociedade patriarcal, que embasaria a ascensão das feministas, já nos últimos anos da década.

Com o surgimento destes calorosos debates, parte da sociedade estadunidense, principalmente os jovens e setores minoritários, socialmente falando, se afastaram do controle social e inclusive lutaram contra ele. Deste modo, o governo seguinte, já na década de 1970 teve como uma de suas missões opor as forças sociais que apareceram na década anterior<sup>32</sup>. Uma das formas de organização contrária foi o *Powell Memorandum*, o qual, nas palavras de Chomsky<sup>33</sup>

---

fim da década de 1960, ou seja, no auge da era dos “milagres econômicos” da expansão e da prosperidade, numa época em que as perspectivas educacionais e de carreira dos estudantes eram excelentes na maioria dos países. O principal alvo da análise, por conseguinte, não era a economia, e sim a sociedade e a cultura. Se alguma disciplina acadêmica representava essa busca por uma análise da sociedade como um todo, era a sociologia, disciplina que, por isso mesmo, atraiu estudantes radicais em números nunca vistos, e muitas vezes veio a ser praticamente identificada com o radicalismo da “nova esquerda”. Em segundo lugar, apesar do vínculo antigo do marxismo com a classe operária (e, em suas versões “terceiro-mundistas”, com o campesinato), os jovens intelectuais radicalizados estavam, por força de seu estilo de vida ou de suas origens sociais, separados tanto dos operários quanto dos camponeses, por mais que se identificassem com eles em teoria. Se eram filhos da burguesia, podiam no máximo “aproximar-se do povo”, como *narodniks* tardios, ou regozijar-se com os poucos proletários, camponeses ou negros que realmente aderiram a seus grupos. Se vinham de um ambiente proletário, camponeses ou, mais comumente, da baixa classe média, sua situação e futura carreira os afastavam automaticamente de seu meio social de origem. Deixavam de ser operários ou camponeses, nem costumavam ser muito mais radicais que as da maioria dos trabalhadores, mesmo quando (como ocorreu na França em maio de 1968) eles e trabalhadores estavam empenhados juntos em ações militantes. HOBBSAWM. E. J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011.** Tradução Donaldson M. Garshagen. São Paulo Companhia das Letras, 2011. p.329-330.

<sup>31</sup> SOUSA, Rodrigo Farias de. **A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.17.

<sup>32</sup> Cabe lembrar neste ponto um dos comentários iniciais sobre o texto aqui debatido de Chomsky no momento em que se fala que os direitos adquiridos pela classe popular na história dos Estados Unidos da América surgem a partir de tensão entre as classes populares e as classes hegemônicas nos raros momentos em que a massa era vitoriosa. Pode-se falar que um dos momentos de insurgência do povo requerendo seus direitos é justamente na década de 1960 quando pleitos por igualdade de raça e de gênero, tal qual já explicado. Assim, diante do perigo de ampliação do direito das massas é que o governo a partir da elite do poder tenta retomar as rédeas da situação e evitar/combater o risco de perda de poder para as classes subalternas.

<sup>33</sup> CHOMSKY, Noam. Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 17-18. The Powell Memorandum said that the most persecuted class in the United States is the capitalists class. The owners, the very rich, were totally persecuted. Everything's been taken over by raving leftists - Hebert Marcuse, Ralph Nader, the media,

O memorando Powell disse que a classe mais perseguida nos Estados Unidos é a classe capitalista. Os proprietários, muito ricos, foram totalmente perseguidos. Tudo foi adotado por esquerdistas - Hebert Marcuse, Ralph Nader, a mídia, as universidades - mas temos o dinheiro para que possamos lutar de volta. E o que temos a fazer é usar o nosso poder econômico para salvar o que ele chamou de "liberdade" - o que significa nosso poder. (tradução nossa)

Por conseguinte, o *Powell Memorandum* foi uma maneira da direita capitalista estadunidense reagir ao crescimento dos ideais da nova esquerda que, basicamente, tal qual exposto brevemente acima, pleiteava tão somente a igualdade entre os cidadãos dos Estados Unidos. Esta reação da elite deixa claro a sua intenção de manter a desigualdade entre as pessoas e, logo, entre as classes, para que somente a elite pudesse ter acesso a determinados privilégios, como econômicos e políticos.

Chomsky<sup>34</sup> ainda analisa o seguinte

Agora, eles também ficaram consternados com as tendências democráticas dos anos 60, e pensaram: "temos que reagir a isso". Ficaram preocupados com o desenvolvimento de um "excesso de democracia". Partes da população anteriormente eram passivas e obedientes - o que às vezes eram chamadas de "os interesses especiais" - começaram a se organizar e a tentar entrar na arena política. Disseram que impunha pressão sobre o sistema. Não podiam lidar com toda a pressão sobre o sistema, portanto, eles deveriam retornar à passividade despolitizada com o que estava acontecendo com os jovens, que estavam na vanguarda do que estava acontecendo nos anos 60. Os jovens estavam se tornando livres e independentes demais. (tradução nossa)

O que se nota, é que a democracia estadunidense foi contra a ampliação de fato da participação do povo na política. E que retomando a questão histórica de que inicialmente o Senado era escolhido a partir da atividade financeira da pessoa, o que se pode ver é que apesar de as estruturas formais terem aparentemente se democratizado e retirado inicialmente o critério econômico como uma forma nítida de

---

the universities - but we have the money so we can fight back. And what we have to do is use our economic power to save what he would call "freedom" - meaning our power.

<sup>34</sup> CHOMSKY, Noam. Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 18-19. Now, they were also appalled by democratizing tendencies of the 60's, and thought, "we have to react to it". There were concerned that there was an "excess of democracy" developing. Previously passive and obedient parts of people - what are sometimes called "the special interests" were beginning to organize and try to enter the political arena. They said that imposes too much pressure on the system. It can't deal with all the pressure on the system. So, therefore, they have to return to passivity concerned with what was happening to young people, who were in the forefront of what was happening in the 60's. The young people are getting too free and independent.

escolha política, ainda se afere a manutenção de uma classe hegemônica, a qual mantém contornos desiguais não só tendo como ponto de partida a questão econômica, mas também gênero e raça, tal qual foi denunciado na década de 1960 por intermédio da Nova Esquerda.

Isso posto, no momento em que o debate sobre a igualdade foi feito de maneira mais abrangente a elite do poder, a qual geria e ainda gere o poder político, reagiu às crescentes tendências democráticas, fazendo com que a massa se tornasse despolitizada para assegurar a manutenção da permanência dos interesses de uma minoria que detém a capacidade econômica, principalmente.

Com diversas formas de demonstração de que a democracia moderna é controlada por uma restrita classe política, a qual detém para si o controle do capital é que se encontra uma possível contradição entre a terminologia democracia e a execução e criação da teoria democrática da modernidade. Isso porque apesar da sugestão do termo seja de um governo do povo, o povo, sendo este definido como massa tem participação ínfima na política e tampouco os que estão hierarquicamente estabelecidos nas instituições sociais têm interesse em participação popular nas decisões políticas. Nestes termos, chega-se, neste momento, à história do pensamento político moderno para que se possa entender de onde surge a possibilidade de existência de uma democracia em que o povo é aliado da gestão governamental, que também pode ser chamada de democracia demofóbica.

## **2 A DEMOCRACIA DEMOFÓBICA**

Partindo da premissa construída inicialmente com base em C. Wright Mills e Noam Chomsky, de que o governo supostamente democrático dos Estados Unidos da América é fundado desde o seu início em uma espécie de governo seletivo que coloca como um de seus critérios primários de participação a capacidade econômica, é que se torna oportuno ater-se ao surgimento da sociedade de massas, em que a noção



de indivíduo passa a conviver com a noção de classe<sup>35</sup>. De modo em que, o medo que foi instaurado nas relações sociais, como é possível observar a partir da teoria contratualista de Thomas Hobbes e até mesmo de Nicolau Maquiavel, passa a ser sentido pelas classes dirigentes, posto que com as revoluções sobre as monarquias constitucionais aproximavam cada vez mais a população do poder político<sup>36</sup>.

Com o avanço das classes populares em frente ao poder, o sistema de representação política em que a burguesia surge, no caso, de saída do modelo monárquico absolutista e transformação em governo democrático, passa a ser atrativo. As classes populares desde então passam a ser vistas como risco à dominação dos burgueses, de modo que o adequado é encontrar uma forma de tutelar as camadas mais baixas da sociedade para que estas não se insurjam contra a dominação burguesa<sup>37</sup>. Por isso, o medo de organização das massas passa a ser um elemento constantemente presente no pensamento político moderno, sendo, portanto, a fundamentação de uma política demofóbica<sup>38</sup>.

Diante disto, é possível que seja aferido o entendimento que o modo de gestão democrático estadunidense se baseia em uma democracia demofóbica, posto que as elites que tomam frente do poder político têm medo da ascensão da classe popular, a qual ameaça a dominação elitista do poder. Em uma relação mais direta e profunda é possível retomar algumas constatações já feitas aqui à luz de C. Wright Mills e Chomsky, como a de que na década de 1970 foi criado o *Powell Memorandum* com a finalidade de combater os ideais igualitários que havia sido propagado pela Nova Esquerda em razão do medo da massa desigual se rebelar contra o poder estabelecido em favor da elite do poder e esta perder sua hegemonia no controle da capacidade decisória.

---

<sup>35</sup> AGUIAR, Thaís Florencio de. **Demofobia e demofilia:** oximoro e pleonasmo na democrada moderna (ou para uma genealogia de princípios democráticos). p. 3.

<sup>36</sup> AGUIAR, Thaís Florencio de. **Demofobia e demofilia:** oximoro e pleonasmo na democrada moderna (ou para uma genealogia de princípios democráticos). p. 3.

<sup>37</sup> AGUIAR, Thaís Florencio de. **Demofobia e demofilia:** oximoro e pleonasmo na democrada moderna (ou para uma genealogia de princípios democráticos). p. 3.

<sup>38</sup> AGUIAR, Thaís Florencio de. **Demofobia e demofilia:** oximoro e pleonasmo na democrada moderna (ou para uma genealogia de princípios democráticos). p. 3.

Esta gestão demofóbica faz parte da própria construção do pensamento democrático moderno, devendo-se ressaltar, à luz dos escritos de Thais de Aguiar<sup>39</sup> dois aspectos da ideia de democracia. Sendo o primeiro a “apreensão da figura do povo”, neste ponto é entendido que<sup>40</sup>

A definição de povo como sujeito da democracia constituiu, na visão de Rosanvallon, um problema para a política moderna e ganhou expressão, sobretudo, ao longo do debate sobre o sistema de representação política, seja do tipo classista, corporativo ou profissional<sup>2</sup>. De certa forma, esse sistema tentava reduzir a soberania popular à representação, o conteúdo sociológico à fórmula política.

Assim, é possível notar que o povo atuante em um modelo político democrático se apresenta desde o embrião da democracia como um entrave, visto que o povo na modernidade pode ser identificado como o proletariado, acompanhado do campesinato, dos artesãos e do intelectual empobrecido<sup>41</sup>. De modo que a voz da classe pobre ecoando na democracia em nada importa para aqueles que detêm de fato o poder político, posto que a dominação política é fundamental para a manutenção da permanência dos seus interesses.

Um exemplo claro de que a contar do surgimento das teorias democráticas a intenção não é ter verdadeiramente a participação da massa/povo nas decisões governamentais é exatamente a informação trazida por Chomsky e já mencionada neste texto de que o Senado estadunidense inicialmente era escolhido por intermédio da renda do sujeito e não a partir de critérios igualitários, ou seja, partia-se de uma premissa desigual para se dar direitos aos cidadãos. Aparentemente a estrutura democrática representativa pautada no Senado, a qual à priori poderia simular um aparato de gestão governamental de todos e todas é, na verdade, desde suas raízes uma maneira de separação entre as camadas socioeconômicas.

---

<sup>39</sup> AGUIAR, Thais Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>40</sup> AGUIAR, Thais Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>41</sup> AGUIAR, Thais Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

Assim sendo, Thaís Aguiar<sup>42</sup> conclui da seguinte forma

Por essa razão, entende-se que a apreensão do sujeito político moderno e, por conseguinte, da construção da democracia pode se dar através da identificação dos atributos e predicados relacionados à figura do povo, ou seja, por meio do que se afirmou ou se negou a respeito desse sujeito político.

Nestes termos, a democracia funciona a partir de uma verificação de sujeitos, no sentido de divisão de classes que se dá com base em uma análise econômico-social que influencia diretamente no poder político e conseqüentemente no direito à participação na democracia.

O segundo aspecto que se pode falar é sobre o “cenário moderno, a emergência do povo como sujeito político coincidindo com tormentas revolucionárias e produção imaginária fértil.”<sup>43</sup>. Ocorre que, principalmente na Europa, ao longo do século XIX aconteceu uma série de eventos revolucionários que conduziram o povo aos valores democráticos<sup>44</sup> rompendo, assim, com o modelo político monárquico absolutista. Dando a entender que a participação do povo nessas revoluções liberais conduziria esta massa ao poder, rompendo com a ideia de um governo que se mantém afastado das camadas populares, posto que estas mesmas camadas ajudaram a destituir esses governantes e a romper com este modelo de gestão política.

Entretanto, apesar de o povo inicialmente ser sujeito fundamental para a destituição do absolutismo e se agigantasse em relação à política, o surgimento dos ideais democráticos não tiveram a intenção de manter o povo como elemento governante. Vejamos nas palavras de Aguiar<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>43</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>44</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>45</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

Embora as multidões demonstrassem um protagonismo crescente na política, ver-se-á que a formulação desse sistema moderno chamado de democracia não se definiu por uma crença uniforme e ilimitada no governo do povo. Nesse processo de invenção da democracia moderna, identificava-se, mesmo nos pensadores mais crédulos, sob as formas mais sutis, a crença na impossibilidade de o povo governar-se. Considerando-se essa hipótese, a emergência da massa na política fez da conversão de um povo governado em povo governante uma questão candente e quase intransponível para a construção da democracia moderna. Encontram-se aí as raízes das formulações políticas de natureza demofóbica.

Ora, a democracia, então, apesar de ser em seu sentido termológicos, um governo do povo, não se faz na teoria democrática de fato um governo do povo, posto que a real intenção sempre foi alijar a massa do poder decisório político. É como se pudesse afirmar que a democracia moderna tem uma finalidade declarada e uma finalidade oculta; sendo a primeira a intenção de estabelecer igualdade formal e material entre os indivíduos sujeitos a uma mesma constituição de Estado/país a partir de mecanismos de representação, principalmente; e a segunda como a real destinação da democracia moderna uma maneira legítima de evitar o contato das massas para com o poder político manifestado pelo seu caráter decisório.

De maneira mais incisiva acerca do estabelecimento da crítica, ou como se poderia chamar, desmascaramento da finalidade declarada para a finalidade oculta das teorias democráticas modernas, é possível observar a análise de Thaís Florencio Aguiar a respeito da teoria de Benjamin Constant, indicando que, na obra do referido pensador democrático, é clara a distinção entre duas classes em uma democracia, que são: a primeira composta por estrangeiros e aqueles que não atingiram a idade estabelecida em lei para exercer seus direitos e a segunda que são formadas por homens que têm a idade para ter acesso ao exercício de seus direitos e nascidos no país<sup>46</sup>. À vista disso é possível ponderar o seguinte<sup>47</sup>

Dessa forma, produz-se a compreensão de que é necessário possuir certo grau de esclarecimento (nem crianças nem jovens o teriam) e também partilhar do interesse comum para fazer parte de uma associação (supõe-se que estrangeiros não partilham esse mesmo interesse). Em um segundo momento, esse esclarecimento se associa à ideia de democracia, impondo-

---

<sup>46</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 28.

<sup>47</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 28.

se como critério para considerar que nem mesmo os nascidos no país ou homens na idade madura apresentam, necessariamente, qualidades próprias para o exercício da cidadania.

É nítido, então que o papel de cidadão em uma democracia fica estagnado a partir de limites estabelecidos pela própria essência democrática. De maneira que nem todos apresentam capacidade suficiente para ter seus interesses representados politicamente. Além disso, é possível fazer uma distinção dentre esses dois grupos, pois nem sempre o interesse do cidadão que aparentemente é capacitado para ter seu interesse político representado, tem de fato esclarecimento e qualidades para o exercício da cidadania<sup>48</sup>. Assim, observando isso, é possível perceber que<sup>49</sup>

Estabelecido desse modo, o critério pesa sobre pobres e trabalhadores, relegados à classe estabelecida pela “mais absoluta democracia” como excluída de direitos de cidadania.

Assim, retornamos a ideia de que a potencialidade da representação política está estreitamente relacionada à capacidade econômica. Nesta toada, o esclarecimento necessário para ter capacidade de exercer cidadania está vinculado à propriedade, isto porque a propriedade/o direito é o que proporciona lazer, sendo este indispensável para o desenvolvimento do esclarecimento<sup>50</sup>.

É possível falar então que a democracia está ligada à burguesia, visto que somente a classe alta, ou seja, a elite do poder tem acesso ao poder político. Retomando, por consequência, às ideias convergentes de C. Wright Mills e Noam Chomsky, de que a política é controlada pelas elites de um país, no caso das análises dos autores supra, em contexto dos Estados Unidos.

Os diagnósticos dos autores da tradição da nova esquerda continuam sendo reafirmados no momento em que se observam as teorias da democracia, como a

---

<sup>48</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 28.

<sup>49</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 28.

<sup>50</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 29.

mencionada acima, de Benjamin Constant, que o governo do povo, na verdade é exercido por uma pequena minoria que tem poder econômico. Logo, na democracia moderna a demofobia é matriz epistemológica. Neste ponto cabe mencionar<sup>51</sup>

Nessa perspectiva, o grande número se transforma em enigma da reflexão democrática moderna, estando subjacente a ele o temor e o desprezo que inspiram. Importante divisar que esse “enigma” imprime certo andamento ao desenvolvimento da reflexão democrática, isto é, a questão demofóbica revela uma orientação epistemológica, da qual se origina determinada agenda de inquietações.

Deste modo, a demofobia enquanto ponto epistemológico da democracia aparece interligado de maneira profunda com o medo da elite do poder para com a insurgência da massa pelo pleito do exercício de cidadania e da decorrente perda da sua dominação política. Por esta razão a teoria democrática aparece como uma saída para a construção de um modelo político em que a legitimidade surja a partir da proposta de um governo do povo, tal qual, é colocado pela etimologia da palavra democracia.

Todavia, este projeto político não segue de fato o ideal de um povo governante, retorna à proposta de um povo governado que se submete a uma classe superior, que é justamente a elite do poder, quem possui o poder decisório. Tal qual já posto neste trabalho, na visão de Chomsky, tem capacidade de decidir sobre os rumos de um país.

Assim sendo, a democracia moderna surge sob o lema de afastar as classes pobres da política, ainda que a roupagem da teoria e da práxis democrática seja de estabelecer igualdade e participação política para todos. Entretanto, o elemento central da democracia moderna é exatamente o oposto, é a demofobia, que pode ser, nas palavras de Thaís Florencio Aguiar<sup>52</sup>

Em termos gerais, a noção de demofobia pretende designar o medo ou desprezo que o *demos* (e equivalentes como povo, massas, multidões) inspirou nos pensadores modernos que formularam questões pertinentes à democracia. A partir da perspectiva demofóbica, abriu-se caminho para se

<sup>51</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013. p. 124.

<sup>52</sup> AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

identificarem premissas recônditas no pensamento político moderno, como as da teoria política que tematizou a complexidade do governo do "grande número", a exterioridade da organização e, por conseguinte, a limitação das experiências coletivas de existência.

A demofobia, predicado caracterizante das democracias modernas, é, então, a ideia de afastar a massa/povo da gestão governamental e tutelá-las, a partir da ilusão da democracia representativa, por exemplo, pois não possuem capacidade de participar ativamente da política. Além, do presente e constante medo das massas se rebelarem e retirarem a hegemonia do poder da elite. De maneira que o desprezo pelas massas é também fator constitutivo da demofobia, haja vista que a elite despreza tudo aquilo que possa ameaçá-la e que, conseqüentemente, não faça parte dela.

Uma das formas de afastar o povo do governo é estabelecer, conforme já visto pelos dois autores debatidos inicialmente, C. Wright Mills e Noam Chomsky, a economia como um dos centros, o principal centro, do controle político. Sendo que o valor da capacidade produtiva se torna elemento essencial de diferenciação de quem deve ter seus interesses efetivamente tutelados ou não.

A interpretação do cenário político estadunidense dos autores da Nova Esquerda se dá a partir da realidade e da pesquisa empírica de participação e representação política, de modo que a crítica às teorias democráticas modernas se vê comprovada quando se parte para uma análise sociológica como as feitas em "A elite do poder" e "*Requiem for the american dream*". Posto que o modelo político democrático na prática não passa de alguns formalismos que visam sustentar a falácia democrática dentro de um modo de gestão capitalista sustentada pela desigualdade entre as pessoas.

Logo, apesar do discurso democrático ter como base as ideias de soberania popular, igualdade política e sufrágio universal, tais elementos não são ancorados na realidade da práxis política<sup>53</sup>, posto que isso contrapõe à sua finalidade real que é dar manutenção às diferenças sociais que são essenciais para a permanência das estruturas políticas firmadas.

---

<sup>53</sup> BRASIL, Felipe. Teoria Elitista Clássica, Democracia Elitista e o papel das Eleições: Uma questão de definição dos termos. **Primeiros Estudos**. São Paulo. N. 2, p. 100-121, 2013.

### 3 A DEMOCRACIA A PARTIR DA TEORIA DA LIDERANÇA COMPETITIVA

Para além da análise dos clássicos da teoria democrática e da interpretação de C. Wright Mills e Noam Chomsky e também a perspectiva da democracia demofóbica, é possível averiguar outras formas de pensar democrático um pouco mais recentes na história, como a proposta pelo intelectual austríaco Joseph Schumpeter, principalmente em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Neste texto, o autor se debruça a fazer uma análise sobre o funcionamento do socialismo e do capitalismo a partir de uma lente democrática surgindo como uma opção a sua própria formulação de democracia com inclusive críticas aos autores que ele insere dentro de uma chamada “doutrina clássica da democracia”, a qual, como o próprio Schumpeter<sup>54</sup> afirma ser

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade.

Ora, a partir desta breve conceituação do que seria a doutrina democrática clássica para Schumpeter, é possível traçar alguns pontos gerais da sua crítica à democracia clássica, principalmente do aspecto da “vontade do povo” e do “bem comum”. Isto porque, no que se refere ao primeiro termo, qual seja, “vontade do povo”, Schumpeter<sup>55</sup> o descontrói de maneira incisiva ao afirmar que

[...] mesmo se as opiniões e desejos do cidadão isolado fossem uma condição perfeitamente independente e definida que pudesse ser usada pelo processo democrático, e se todos agissem nela baseados com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo, baseado na matéria-prima dessas vontades individuais, representariam alguma coisa que, convicentemente, pudesse ser chamada de vontade do povo. E não é apenas possível, mas, em todos os casos em que as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que o povo deseja realmente. Tampouco pode ser alegado que, embora não seja exatamente o que ele deseja, ainda assim seria um meio-termo justo.

<sup>54</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 300.

<sup>55</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 305.



Verifica-se, então, que, na ótica de Schumpeter, a “vontade do povo” seria algo improvável de ser traduzido em forma de democracia, ou seja, de participação e decisão coletiva, já que as vontades individuais nem sempre são convergentes. Além do fato de que racionalmente seria improvável produzir decisões políticas pautadas tão somente nas vontades que a população nutre. Em razão disso, as decisões políticas, na prática, se afastam de toda a teorização democrática clássica, posto que não representam verdadeiramente - ou não deveriam, em razão das barreiras já enumeradas por Schumpeter - a “vontade do povo”.

Noutro ponto, é importante destacar que a teorização de Schumpeter passa pelo entendimento de que a população em geral não possui capacidade de participar politicamente, porque não funcionaria, já que seus pensamentos e seus interesses não têm profundidade ou utilidade para a política. Diante disto, o referido autor<sup>56</sup> coloca os seguintes dizeres

Esse reduzido senso de realidade explica não apenas a existência de um reduzido senso de responsabilidade, mas também a ausência de uma vontade eficaz. O indivíduo fala, deseja, sonha, resmungo. E, principalmente, sente simpatias e antipatias. Mas, ordinariamente, esses sentimentos não chegam a ser aquilo que chamamos de vontade, o correspondente psíquico da ação responsável e intencional. De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ela possa se desenvolver. Ele é membro de um comitê incapaz de funcionar – o comitê formado por toda a nação – e é por isso mesmo que emprega menos esforço disciplinado para dominar um problema político do que gasta numa partida de *bridge*.

Assim, o pensador austríaco avança na construção das suas ideias e passa a analisar o cidadão comum com mais profundidade, sendo que este tipo de cidadão é a regra da sociedade. Vejamos<sup>57</sup>

O senso de responsabilidade reduzido e a ausência de vontade efetiva, por outro lado, explicam a ignorância do cidadão comum: e a falta de bom senso em assuntos de política interna e externa. Essa ignorância é ainda mais chocante no caso de pessoas educadas e muito ativas em esferas não-políticas da vida, do que no de pessoas sem educação e de situação mais humilde. [...] O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior

<sup>56</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 312.

<sup>57</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 313.

de rendimento mental logo que entra no campo político. Argumenta e analisa de uma maneira que ele mesmo imediatamente reconheceria como infantil na sua esfera de interesses reais. Torna-se primitivo novamente. O seu pensamento assume caráter puramente associativo e afetivo.

Neste sentido, o que é possível retirar de compreensão de Schumpeter é justamente que ainda que um pensamento democrático deseje colocar o povo como ponto gravitacional de modelo governamental, isto é inviável, pois a massa, que é exatamente a coletividade do cidadão comum, não teria condição de responder o que a teoria propõe. Isso porque um dos pontos fundamentais para sustentar a ausência de habilidade do povo para com a política é justamente que a sua vontade é extremamente manipulada por propaganda e que têm finalidade política, ou seja, até mesmo o que é pensado pela massa à respeito de política é criado por quem faz política e com finalidade política. Neste ponto cabe trazer *ipsis litteris* o que Schumpeter<sup>58</sup> atesta

[...] sendo a natureza humana na política aquilo que sabemos, tais grupos podem modelar e, dentro de limites muito largos, até mesmo criar a vontade do povo. Na análise dos processos políticos, por conseguinte, descobrimos não uma vontade genuína, mas artificialmente fabricada. [...] As maneiras em que os fatos e a vontade popular sobre qualquer assunto são manipulados correspondem exatamente aos métodos da publicidade. [...] As informações e argumentos que realmente impressionam ao cidadão, por conseguinte, provavelmente servem a algum fim político.

Assim sendo, a proposta democrática clássica, pautada na vontade do povo e no bem comum para Schumpeter não passa de um discurso de fé, categorizados como religião e deixando de lado os aspectos lógicos e racionais para a compreensão de uma gestão governamental<sup>59</sup>.

Se Joseph Schumpeter tece críticas ao modelo democrático, tal qual já foi exposto, a sua teorização democrática parte em sentido oposto. Deste modo, se o povo outrora era identificado por ter opinião formada e racional a respeito de todas as questões e que manifesta a sua opinião justamente pela escolha de representantes que têm como missão executar essas opiniões<sup>60</sup>. A partir disso, orna-se claro que “[...] a seleção dos

<sup>58</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 314-315.

<sup>59</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 317.

<sup>60</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 321.

representantes é secundária ao principal objetivo do sistema democrático, que consiste em atribuir ao eleitorado o poder de decidir sobre assuntos políticos.”<sup>61</sup>.

A afirmativa supra é o ponto de partida para que Schumpeter inverta a premissa democrática, qual seja, o papel do povo, que agora, em sua teoria, passa a ser formar um governo que formará o executivo, ou como ele bem mesmo esclareceu: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.”<sup>62</sup> Neste ponto o que fica exposto é que a massa é afastada da gestão direta do poder, pelos motivos ora apontados, além do fato de que, na percepção de Schumpeter, existem sete pontos, os quais a teoria clássica não trabalha de maneira adequada e sua proposta de democracia se apresenta mais plausível.

No que tange ao primeiro ponto, Schumpeter anota que a partir da teoria clássica da democracia é possível aferir uma dificuldade em separar o que é um governo democrático e um governo não democrático. Isso porque, nas palavras do próprio “[...] a vontade e o bem do povo podem ser, e em muitos casos históricos o foram, servidos tão bem ou melhor por governos que não podem ser considerados democráticos, de acordo com qualquer aceção tradicional da palavra.”<sup>63</sup>. Diante disto, usa-se o argumento de vontade do povo sem qualquer tipo de filtro para distinguir o que seria democrático ou não.

Como segundo ponto diz respeito ao fato da teoria clássica não ter levado em conta o reconhecimento da figura do líder. Vejamos o que o autor pondera a respeito<sup>64</sup>

[...] a teoria corporificada nesta definição deixa suficiente espaço para o devido reconhecimento do papel vital da liderança. A teoria clássica não previa esse fato. Como vimos acima, atribuía ao eleitorado um grau totalmente irrealista de iniciativa, que praticamente equivalia a ignorar a liderança. Mas os corpos coletivos atuam quase exclusivamente pela

<sup>61</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 321.

<sup>62</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 321.

<sup>63</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 322.

<sup>64</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 322.

aceitação da liderança, que é o mecanismo dominante em praticamente todas as ações coletivas que sejam mais do que simples reflexos.

Extrai-se que, na democracia clássica, existe uma espécie de horizontalidade em que todos possuem a mesma capacidade de emitir suas vontades, sendo que tal situação possui eficácia. Todavia, Schumpeter propõe justamente o oposto a partir de uma crítica, entendendo, conforme já exposto, que, na verdade, não tem como a massa se organizar plenamente, requer a figura de um líder para que a vontade do povo saia do plano das ideias, para que aí sim o líder tome iniciativa de governo.

Este reconhecimento da figura do líder abre espaço justamente para o terceiro ponto trazido por Schumpeter, que é justamente o fato de que as vontades do povo, quando são autênticas não se afirmarem diretamente, precisarem da figura do líder para que estas possam ser transformadas em fatores políticos<sup>65</sup>. De maneira que somente o líder e seus auxiliares conseguem organizar as vontades e incluí-las em seus programas governamentais<sup>66</sup>.

No quarto ponto, Schumpeter insiste na figura do líder, momento em que se torna claro que a sua teoria democrática tem como uma de suas âncoras a liderança, isto é, a democracia deve ser uma espécie de competição por votos, em que os líderes concorrentes apresentam seus planos de gestão e a população escolhe o vencedor. O autor esclarece<sup>67</sup>

Em quarto, nossa teoria não é, naturalmente, mais definida do que o próprio conceito de luta pela liderança. Esse conceito apresenta dificuldades semelhantes ao conceito de concorrência na esfera econômica, com a qual pode ser utilmente comparado. [...] No intuito de simplificar o caso, limitamos esse tipo de concorrência, que definirá a democracia, à concorrência livre pelo voto livre. Essa ação justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade.

---

<sup>65</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 323.

<sup>66</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 323.

<sup>67</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 323.

Chegando ao quinto ponto, Schumpeter traz a ideia de que sua proposta democrática aparenta valorizar mais a liberdade individual, entendendo o termo “liberdade individual” como capacidade de autogoverno<sup>68</sup>. Posto que todos seriam livres para concorrer à liderança política, o que traria mais liberdade para todos<sup>69</sup>, tanto para escolher em que votar, com o plano de governo com maior identificação com as suas vontades, quanto para quem se candidatasse à liderança.

No sexto ponto, Schumpeter<sup>70</sup> aponta que

[...] deve ser observado que, ao considerar função primária do eleitorado formar o governo (diretamente ou através de um corpo intermediário tendemo-nos a incluir também na definição o poder de dissolvê-lo. O primeiro significa simplesmente a aceitação de um líder ou grupo de líderes, e o outro a retirada dessa aceitação. Essa ressalva prevê um elemento que o leitor talvez tenha ignorado. Ele pode ter pensado que o eleitorado não apenas instala o governo no poder, mas o controla também. Mas, uma vez que o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos, exceto pela recusa de reelegê-los, ou a maioria parlamentar que o apoia, é conveniente liminar nossas ideias a respeito desse controle da maneira indicada na nossa definição.

Nesse sentido, observa-se uma negação da possibilidade do povo controlar o seu líder, haja vista que a própria ideia de controle do líder é uma ideia antidemocrática na visão do austríaco, já que sua teoria democrática deixa claro que as únicas formas de participação abertas ao cidadão são o voto<sup>71</sup>. Logo, a democracia proposta do Joseph Schumpeter se afasta da ideia de participação popular, portanto redefine a própria palavra “democracia”, já que a participação popular é restringida e, conseqüentemente, o próprio significado e imaginário comum de que a democracia é um governo do povo é colocado por terra.

Como sétimo e último ponto, Schumpeter analisa

[...] nossa teoria lança uma luz muito necessária sobre uma velha controvérsia. Quem quer que aceite a doutrina clássica da democracia e, em

<sup>68</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 324.

<sup>69</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 324.

<sup>70</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 324.

<sup>71</sup> PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 14.

consequência, acredite que o método democrático deve permitir que os assuntos sejam decididos e a política formulada de acordo com a vontade do povo, não pode negar que, mesmo que essa vontade fosse inegavelmente real e definida, a decisão por simples maioria em muitos casos deturparia e jamais executaria esses desejos. Evidentemente, a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do povo. Esse último constitui um mosaico que a primeira não consegue reproduzir de maneira alguma. Igualar a ambos, por definição, não significa resolver o problema. Boas tentativas se soluções aceitáveis, todavia, foram feitas por autores de vários planos de representação proporcional.

Assim, fica claro que a crítica de Schumpeter ao projeto de democracia clássica se concentra no fato de que as promessas trazidas sobre a capacidade de participação política do povo não se concretizam e nem poderiam se concretizar, posto que o verdadeiro e adequado arranjo democrático não parte das premissas democráticas de vontade do povo, posto que o povo – tal qual já insistentemente abordado – em muitas ocasiões não consegue ter opiniões próprias sobre todos os assuntos que devem ser tratados pela política.

A proposição democrática de Schumpeter<sup>72</sup> a partir da teoria da liderança competitiva traz alguns aspectos que devem ser analisados como

[...] de acordo com o ponto-de-vista que adotamos a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos liminar nossa definição acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado.

Ora, o autor propõe nada mais nada menos do que o quase completo afastamento do povo da organização e execução da política, reduzindo o seu papel a mero eleitor e expectador do governo, crendo que seu dever se limita a escolher o plano político que achar melhor e aí sim o líder, quem possui as verdadeiras atribuições de um governante, irá atuar de maneira democrática.

Além disso, no momento em que Joseph Schumpeter coloca sua proposição democrática enquanto um arranjo institucional com finalidade de tomar decisões que atendam ou não os interesses públicos ele está deixando registrado na história o

---

<sup>72</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 339.

marco inicial do procedimentalismo<sup>73</sup>. Isso porque o método democrático se torna um acordo institucional para se obter decisões políticas em que as elites disputam votos<sup>74</sup>.

Vejamos, numa análise à luz do que Thais Aguiar chamou de “democracia demofóbica”, que tal análise não se restringe somente às teorias democráticas clássicas, como aqui mesmo já foi exemplificado de Benjamin Constant, as teorias mais contemporâneas, como a do Schumpeter - ora em debate – também se caracteriza pela demofobia (medo do povo no governo) e cria um aparato democrático para transferir a atuação da massa para um mero eleitor.

Como segundo ponto da sua teoria, Schumpeter<sup>75</sup> propõe

[...] os estudiosos da organização política sempre sentiram dúvidas a respeito da eficiência administrativa da democracia em sociedades vastas e complexas. Argumentou-se, em participar, que, comparada com outros sistemas, a eficiência do governo democrático é inevitavelmente debilitada em virtude da imensa perda de energia que a luta incessante dentro e fora do parlamento causa às principais figuras do regime. A democracia é ainda mais enfraquecida, pela mesma razão, pela necessidade de adaptar a política às exigências da luta política.

Retomando as afirmações de C. Wright Mills e de Noam Chomsky e da democracia demofóbica, pode-se afirmar que a proposta de democracia (de) trazida pelo autor austríaco, Joseph Schumpeter, é uma forma de blindar a participação da massa da gestão governamental. Tal asserto se dá posto que Schumpeter considera que a massa não tem condição/capacidade de produzir vontades próprias, são fruto de influência externa, além de serem desorganizados no sentido de dar vida a essas vontades – como foi incessantemente reproduzido neste texto.

---

<sup>73</sup> SILVA, Denisson; SETTI, Gabriel; PARANHOS, Ranulfo e NASCIMENTO, Willber. Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina. V. 10, . 1, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n1p1>>. Acesso em 23 out. 2017.

<sup>74</sup> SILVA, Denisson; SETTI, Gabriel; PARANHOS, Ranulfo e NASCIMENTO, Willber. Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina. V. 10, . 1, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n1p1>>. Acesso em 23 out. 2017.

<sup>75</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 340.

Isto porque, a execução política de fato, ou seja, as escolhas práticas que o caminho político tomará ficará à cargo de um restrito grupo de pessoas, as quais terão utilizado o povo como uma espécie de trampolim para alcançar o poder político e utilizá-lo ainda como uma forma de legitimidade dos atos praticados por ter sua eleição chancelada pelo voto da massa. Veja-se que, o mecanismo democrático apontado como o ideal por Schumpeter é inspirado no próprio funcionamento de mercado econômico, em que cada político apresenta a sua plataforma de governo/seu programa de gestão e aquela que melhor servir ao povo é a escolhida e conseqüentemente eleita, sem qualquer atuação direta da massa.

Para além disso, o que se observa é que Schumpeter representa um ideal de democracia elitista, a qual, bem como outras apostas das teorias democráticas, compreende que democracia está vinculada à ideia de representação, ou seja, nas palavras de Luis Felipe Miguel<sup>76</sup>

A representação é um fenômeno primário, fundante da própria política. Nas disputas políticas, as pessoas buscam falar em nome de outros, isto é, colocam-se na posição de representantes. O crescente reconhecimento desse fato leva, no entanto, a dois problemas interligados [...]. Em primeiro lugar, acredita-se que a representação é integralmente uma reivindicação de representação. Em segundo lugar, assume-se que toda representação possui um fundamento democrático.

Logo, muitos debates, principalmente após o marco teórico da obra schumpeteriana, tal qual será visto em momento oportuno, que aferem a democracia a partir da capacidade eleitoral do povo fazem restrição à própria finalidade etimológica da democracia, isso porque a participação se torna ponto convergente e tratam o voto como o principal instrumento democrático, como a própria democracia. Nesse sentido, Miguel<sup>77</sup> afirma que

O principal traço comum aos regimes que são considerados democráticos é a realização de eleições periódicas e livres para o governo – “livres” significando, em geral, a ausência de violência física e de restrições legais à apresentação de candidaturas [...].

---

<sup>76</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 27.

<sup>77</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 28.



Deste modo, dentro de uma perspectiva de teoria democrática contemporânea, é possível aferir que há a vertente elitista<sup>78</sup>, já mencionada, que se define basicamente a partir do liberalismo sob os ecos de regimes que partem do pressuposto de natureza humana e organização social. O espírito democrático, por sua vez, paira por uma camada específica da sociedade<sup>79</sup>, a qual naturalmente tem maior capacidade de desenvolver a prática política, tal qual foi demonstrado da teoria de Schumpeter.

Nesse sentido, observa-se a teoria schumpetereana se instalar como a principal referência para as democracias contemporâneas, haja vista que, rememorando o que Noam Chomsky destacou que no modelo político estadunidense, a democracia é imposta de cima para baixo, deixando expresso que não é exatamente a ideia de participação política da massa, pelo contrário, o borbulho da massa é restringido ao voto, até porque ainda as conquistas democráticas dos Estados Unidos surgiram a partir da demanda popular à contra gosto das elites dominantes.

Retomando, pois, a ideia de que a proposta democrática de Joseph Schumpeter foi um marco dentro do modo operacional das democracias recentes<sup>80</sup> (se) resta claro a partir do momento em que o voto passa significar a própria democracia, sem se preocupar com outros aspectos, bem como é posto por Luis Felipe Miguel<sup>81</sup>

Ao mesmo tempo, o momento central da democracia concorrencial, a eleição, é desprovido de qualquer conteúdo, pois não indica a vontade do povo, nem mesmo a da maioria. Até a salvaguarda dos direitos individuais, função que os “democratas protetores” do século XVIII atribuíram ao direito do voto, é desprezada. Para Schumpeter, o método eleitoral parece ter sobretudo um caráter legitimador [...]

Um ponto crucial do legal de Schumpeter é a mudança na compreensão do processo eleitoral, que deixa de ser um meio para a realização da democracia (o governo do povo) para ser a democracia em si.

<sup>78</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. Termo retirado da obra de Luis Felipe Miguel. Pagina 30

<sup>79</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 30/31.

<sup>80</sup> Uma observação importante neste ponto está no fato de que a teoria schumpetereana que influenciou uma série de pensadores, surge justamente de um liberal e para a utilização de governos que têm como matriz ideológica o liberalismo. Ora, numa concepção liberal todos os cidadãos são iguais, já na teoria democrática elitista e demofóbica o dogma central é justamente a impossibilidade igualdade entre os sujeitos, posto que naturalmente são desiguais. MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia domesticada**: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006)>. Acesso em 23 out. 2017.

<sup>81</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 53/55.

Assim, importante salientar também que a democracia schumpetereana aparece justamente para contrapor modelos políticos que tenham contado com participação exacerbada do povo<sup>82</sup>. Logo a sua tendência ergue-se como uma opção política que usa o voto da massa como forma de legitimar sua gestão de forma que a democracia funciona sem o povo, o qual é ou deveria ser, a força motriz de um governo democrático.

Portanto, as elites acabam dominando o processo político do regime democrático, vejamos o que diz Saes<sup>83</sup>

Para esse autor, as elites políticas exercem um total controle sobre o regime democrático, pois elas próprias organizam o processo eleitoral, propondo ao eleitorado um estreito leque de opções. Desse modo, segundo Schumpeter, as massas acabam desempenhando involuntariamente, no nível do processo eleitoral, o papel de instrumento selecionador de lideranças, oriundas todas de uma restrita elite política. Por isso, conclui Schumpeter em seu estilo saborosamente provocador, “democracia” na realidade nada tem a ver com a concretização da vontade geral ou da soberania popular.

Um desdobramento e conseqüente aplicação dessa teoria surge com a Comissão Trilateral, que é – em linhas gerais – a união entre as três principais entradas da indústria capitalista, quais seja, Europa, Japão e América do Norte<sup>84</sup>. Este conglomerado de países unidos entendia que as movimentações no cenário social ocorrida nos anos 1960<sup>85</sup> eram prejudiciais, posto que o processo de execução política estava monopolizado nas elites governantes e estes pleitos sociais ameaçavam a hegemonia das elites.

Isso não é nada além do que uma democracia demofóbica, em que os governantes possuem medo da participação política dos governados, já que isso colocaria em xeque interesses próprios da classe dominante. Assim, o voto seria apenas um

---

<sup>82</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 49.

<sup>83</sup> SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e Capitalismo (uma Abordagem Teórica)**. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/saescidadania.pdf>>. Acesso em 23 out. 2017.

<sup>84</sup> CHOMSKY, Noam. *Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power*; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 18.

<sup>85</sup> Já mencionado neste texto acerca dos movimentos sociais que eclodiram a partir dos anos de 1960, o qual aqui foi denominado de nova esquerda.

legitimador para mascarar uma espécie de governo aristocrático e a partir do momento em que as massas desejassem participar de maneira efetiva do governo, seja pleiteando mais diretos ou apontando falhas no sistema, esses deveriam ser calados. É justamente nesse contexto que a Comissão Trilateral se insere, posto que<sup>86</sup>

Agora, eles também ficaram consternados pelas tendências democratizantes dos anos 60, e pensaram que "devemos reagir a ele". Eles estavam preocupados com o desenvolvimento de um "excesso de democracia". Partes da população anteriormente passivas e obedientes - mulheres, jovens, idosos, trabalhadores - o que às vezes são chamados de "interesses especiais" começaram a organizar uma tentativa de entrar na área política. Eles disseram que isso impôs muita pressão sobre o sistema. E que isso pode lidar com todas essas pressões. Então, portanto, eles têm que retornar à passividade e tornar-se despolitizados. (tradução nossa)

A Comissão Trilateral então se incomodou com a vontade de participação da massa, já que só a via como uma forma de legitimar o controle político das elites. Assim, observa-se a manifestação da teoria democrática de Joseph Schumpeter na Comissão Trilateral, haja vista que o fomento social dos anos 1960 foi interpretado como um excesso de participação, ou seja, um excesso de democracia.

## CONCLUSÃO

Por tudo o que já foi dito, é possível aferir à luz de pontos de partida de referenciais teóricos como C. Wright Mills, Noam Chomsky, Thais de Aguiar e tantos outros referenciados neste trabalho, que o modelo democrático difundido na contemporaneidade tem como base o medo do povo, ou seja, é uma democracia demofóbica, haja visto que os pilares das instituições públicas são fundados em restrição de participação política, tendo o povo o voto como seu único aliado e que de nada funciona.

---

<sup>86</sup> CHOMSKY, Noam. Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power; New York: Seven Stories Press, 2017. p. 18-19. <Now, they were also appalled by democratizing tendencies of the '60s, and thought "we have to react to it". They were concerned that there was an "excess of democracy" developing. Previously passive and obedient parts of the population - women, young people, old people, working people - what are sometimes called "the special interests" were beginning to organize and try to enter the political area. They said that imposes too much pressure on the system. It can't deal with all these pressures. So, therefore, they have to return to passivity and become depoliticized.>

Isso porque a própria ideia de democracia já não tem como vinculação a etimologia da palavra, isto é, um governo do povo, pelo contrário, o que ocorre é que a própria teoria que funda a democracia e os textos constitucionais que embasam as gestões governamentais são pautados em alguma forma de afastar o povo do seu papel de autogovernante.

Logo, ludibriar a massa se torna elemento essencial da matriz democrática contemporânea, atrelando a ideia de representação como única forma possível de se investir na democracia, de maneira que a própria ideia democrática e a sua materialização por intermédio da representação se colocam como conceitos estreitamente vinculados. A intenção de toda essa argumentação propondo uma democracia que se funda no afastamento da massa do poder de decidir questões políticas se dá a partir de um interesse restrito da minoria elitizada, a qual tem como finalidade fazer uso da política para manter a ordem liberal intacta.

Isso quer dizer que a elite, isto é, uma pequena camada da sociedade que concentra poder, prestígio e dinheiro é a única interessada em afastar o povo do poder político, posto que o pleito da massa por direitos ameaça a própria existência da dominação liberal.

Deste modo, fica claro que o discurso democrático utilizado é, na verdade, apenas um artifício teórico que propõe a democracia elitista como uma forma de legitimar a desigualdade material existente entre elite e massa. Assim, a proposição de Schumpeter cai como uma luva ao naturalizar a incapacidade política da massa, criando uma abstração teórica fundada em psicologismos.

Portanto, o que uma análise crítica da teoria democrática - que foi tida como objeto neste trabalho - demonstra é que a apatia política da massa é a maior aliada dos interesses da elite, porque ela mantém o povo longe da política por instrumentos retóricos do discurso/teoria democrático, fazendo com que a elite esteja livre para governar como queira causando um consequente aprofundamento da disparidade entre elite e povo.

Nesse sentido, por fim, o que movimenta a democracia contemporânea é um embate entre massa e elite, de forma que os direitos adquiridos pelo povo são frutos de lutas

políticas históricas. Ainda assim, quando o povo alcança vitórias para a ampliação de direitos ou de participação política a democracia elitista se torna ainda mais demofóbica e retalia a movimentação social e reduz ainda mais a participação política da massa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Thaís Florencio. **A demofobia na democracia moderna**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152582011000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000400004)> . Acesso em: 27 ago. 2017.

\_\_\_\_\_, **Demofobia e demofilia: oximoro e pleonasma na democracia moderna** (ou para uma genealogia de princípios democráticos).

\_\_\_\_\_, **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais e Políticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL, Felipe. Teoria Elitista Clássica, Democracia Elitista e o papel das Eleições: Uma questão de definição dos termos. **Primeiros Estudos**. São Paulo. N. 2, p. 100-121, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Requiem for the American dream: the principles of concentrated wealth and power**; New York: Seven Stories Press, 2017.

GIMENES, Eder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. São Carlos. Vol. 2 – n. 2, p. 119-151, 2014.

HOBBSAWM. E. J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução Donaldson M. Garshagen. São Paulo Companhia das Letras, 2011.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006)>. Acesso em 23 out. 2017.

\_\_\_\_\_, **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e Capitalismo (uma Abordagem Teórica)**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/saescidadania.pdf>>. Acesso em 23 out. 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Edição Tradução Ruy Jongmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Denisson; SETTI, Gabriel; PARANHOS, Ranulfo e NASCIMENTO, Willber. Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina. V. 10, . 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n1p1>>. Acesso em 23 out. 2017.

SOUSA, Rodrigo Farias de. **A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.